



O LIXO ESTÁ FALANDO!

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191p.

João Victor Rossi (PPGAnt/UFGD e Fundect/MS)¹

É a partir da rebeldia dos corpos abjetos que “Transfeminismo” nasce e produz deslocamentos e reivindicações de espaços e produções de conhecimento dentro da arena científica. A obra é parte do projeto “Feminismos Plurais”, que visa fomentar a publicação de livros temáticos sustentados numa perspectiva interseccional e de caráter didático (acessíveis ao público em geral). Na obra, Letícia Nascimento retoma e apresenta as teorias de gênero & sexualidade e *queer* a partir, também, de sua própria perspectiva enquanto mulher travesti, negra e gorda (como ela mesma se apresenta).

O livro é subdividido em seis capítulos que, de modo geral, conceituam o lugar das mulheridades/feminilidades transexuais e travestis na ciência e na arena política. Introduzindo o/a/e leitor/a/e a este universo e questionando a “concepção homogênea universal de mulher” (p. 17), Nascimento intitula a introdução de “E não posso ser eu uma mulher?”, inspirada no discurso de Sojourner Truth em 1851. A autora é categórica na afirmação política das identidades travestis, usando as construções corporais (também sua história), para sinalizar o “não lugar” – condição de marginalidade – dos corpos trans dentro da sociedade contemporânea e, por conseguinte, na ciência.

A sinalização da condição subjugada compartilhada entre as pluralidades de mulheridades/feminilidades abre o primeiro capítulo “Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo”. A partir de um apanhado histórico, sustentando-se em Joan Scott, a autora possibilitou a descentralização da “ideia universal e abstrata de mulher” (p. 33) para (re)pensar os lugares, as pluralidades e as operações de corpos considerados femininos.

Algumas inquietações da autora como “quem pode ou não ser sujeita do feminismo?” (p. 25); “é possível definir as sujeitas do feminismo sem recorrer a uma matriz biológica?” (idem) e “quem pode se tornar mulher?” (p. 42) movimentam as

¹ Graduado em Ciências Sociais, Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) com bolsa da Fundect/MS. E-mail: rossivjoao@hotmail.com



discussões que trazem à cena o problema e a necessidade de “constante desnaturalização” (p. 26) dos “aspectos anatômicos” (idem) justamente pela posição de um “ideal performativo” impossível (p. 26) – que a “mulher original do feminismo” (idem) alçou com a posição de “sujeita do feminismo” (p. 27) e as pautas do movimento. As discussões provocativas ressaltam a importância de multiplicar as histórias e experiências, descentralizando o universal, transformando-o em múltiplo.

A desnaturalização também aparece no campo das “múltiplas relações de opressão” (p. 35), onde, segundo a autora, feministas acentuaram/acentuem esforços a fim de ampliar as perspectivas de gênero para além da norma, pautadas a partir dos “inúmeros marcadores e/ou condicionantes sociais e culturais” (p. 33) que atravessa(m) cada corpo de forma singular, a fim de provocar “mudanças estruturais e institucionais” (p. 28).

Bastante crítica à linha feminista radical, Nascimento provoca e instiga pensações que nos levam a teóricas/os/es contemporâneas/os/es para entender as rupturas que os corpos desviantes historicamente têm causado e como a ideia binária de pênis e vagina contribui(iu) para que a exclusão e a essencialização fossem questões tão complexas de serem superadas. Há uma “limitação que precisa ser superada” (p. 43) para que nos reste motivos “para lutar politicamente” (idem).

“Mulheres transexuais e travestis: *The outsiders non sistes*” sucede como segundo capítulo, abordando as transgeneridades e seu não reconhecimento como humanidade. Há a repetição da noção de “não lugar” e seus sinônimos, entre eles o “outro do outro do outro” (p. 52) totalmente pertinente(s) para a compreensão da relação social dos corpos considerados “*outsiders* no CISTema” (p. 53). A autora chama para um café a famosa obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, com convidadas ilustres como Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Jaqueline Gomes de Jesus, Grada Kilomba, entre outras, onde aprofundam a discussão e apontam fissuras no interior do feminismo hegemônico da famosa referência feminista.

Nascimento indaga: “será que todas as mulheres vivem a *outridade*, ou seja, o modo de ser *Outro*, do mesmo modo?” (p. 51). E a partir daí discute o exercício de poder colocando o dispositivo de raça em diálogo com Foucault e Kilomba para exemplificar as *outridades* invisibilizadas na teoria e no movimento – não estático – feminista e



responde com a afirmação: “É nesse não lugar que construímos nossas identidades como travestis, transexuais e mulheres transgêneras” (p. 53). Se a “marginalidade é um estímulo à criatividade” (p. 54), sem dúvida os corpos *outsiders* firmarão a revolução social contra o que a autora chama de CISTema sexo-gênero-desejo.

De acordo com Nascimento, o conceito de gênero precisa “reconhecer que existem performances de gênero femininas experimentadas por corpos que não necessariamente se entendem como mulheres” (p. 55) e essa é, segundo ela, uma das ideias centrais na luta transfeminista, pois “demanda o reconhecimento da luta política e produção teórica de pessoas que vivenciam as opressões de gênero (cis)sexistas e que se reivindicam dentro de uma performance de gênero de mulheridades e/ou feminilidades” (p. 56).

Assim, há inúmeras possibilidades de ser mulher para além do escopo cisgênero. Demarco aqui outra preocupação evidente no escrito de Nascimento: “O poder de autodefinição”(p. 57), esta, entre outras, ferramentas é importante para a quebra da “compulsoriedade binária” (p. 58) nas produções de seus corpos que recusam verdades CISTêmicas. O alerta “É preciso entender que a diversidade não precisa nos dividir, nem criar hierarquias” (p. 63), sinaliza para a importância da valorização do diálogo.

No terceiro capítulo, Leticia Nascimento nos traz “Transfeminismo: Tensionando feminismos e além” para “localizar as sujeitas” (p. 68) e “favorecer a dimensão plural” (idem) dessas existências dentro da corrente teórica e política que é o Transfeminismo. Há a referência de Sandra Harding logo no início, o que demarca a necessidade de instabilidade nas categorias analíticas. Nesse sentido, Nascimento enxerga as “divergências como oportunidades” produtoras de um “movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis” (p. 70).

A afirmação: “A proposta é coalizão estratégica, não de fragmentação” (p. 72) justifica a necessidade do Tansfeminismo para as pautas específicas do “seguimento trans”, que de formas “dísparas”, “pulverizam” poder à lá Foucault, como bem explica Nascimento. E se “o lixo vai falar” (p. 78) – ideia que a autora toma de empréstimo da antropóloga e feminista negra Lélia Gonzalez, e inspiração para o título da presente resenha – é justamente pela quebra do “histórico processo de silenciamento” (idem) que agora coloca a “normatização hegemônica de raça-gênero-classe” (idem) como algo frágil



diante das “políticas de coalizão” (p. 84) e da força das lutas identitárias e interseccionais nos “espaços sociais e políticos” (p. 84).

Na leitura histórica que envolve o capítulo, Nascimento destaca que o movimento transfeminista “é aberto às produções de outros sujeitos” (p. 89) que não necessariamente reivindicam mulheridades, transgeneridades e travestilidades, ponto de extrema importância para o rompimento do CISTema cisgênero, tema a ser aprofundado no capítulo seguinte.

Em “Cisgeneridade, despatologização e autodeterminação: Nós por nós mesmas!”, capítulo quatro, Nascimento se debruça novamente em aspectos históricos para escrachar a complexidade produzida a partir do viés cisgênero que possui como norma “uma identidade naturalmente constituída de privilégios, pré-discursiva e não marcada culturalmente” (p. 93). A autora afirma que “o homem também se torna homem” (p. 94). Sustentada em Beauvoir, Foucault, Butler e outros/as pensadoras/es, pondera que “são as relações de poder que vão determinar uma verdade sobre um corpo sexuado, fixando a diferenciação sexual binária como uma condição anterior à fabricação de gênero” (p. 95). Costurando um dos grandes pilares da teoria de gênero e sexualidade que coloca a materialização do sexo como um processo a partir de práticas discursivas, Nascimento afirma que a cisgeneridade – “máquina de guerra discursiva” (p. 99) – é tão artificial e produzida quanto à transexualidade, o que muda são os caminhos do discurso em que naturalizam e hegemonomizam esses corpos, ocultando e “esquivando-se de assumir suas próprias construções enquanto seres generificados e reiterando, desse modo, a concepção de que possuem um gênero natural” (p. 98).

Letícia Nascimento coloca a cisgeneridade como uma “categoria analítica” (p. 100) e à luz interseccional, dialogando com Fanon e Simakawa, desmistifica a ordem de construções normativas. Novamente a instabilidade aparece como estratégia para a quebra de (não)verdades “inalcançáveis” como é o caso dos “ideais performativos criados pelo CISTema colonial moderno de gênero” (p. 105), vistos como categoria cultural por Bento e Pelúcio – também referenciadas.

Ainda de acordo com Nascimento, o modelo biopolítico de controle traz consequências perigosas para os corpos trans e travestis. Um (dos vários) exemplo(s) é o caso da patologização, muito discutida e problematizada, em manuais de saúde e pelas



ciências psi (psicologia e psiquiatria) que classificam erroneamente os corpos trans como doentes e/ou disfóricos, estabelecendo normas a serem alcançadas para a aceitação ou não de laudos e documentações que conferem legitimidade civil-social. Há uma verdade que somente a medicina e o direito podem conferir aos corpos e a luta de “despatologização das subjetividades” (p. 117) é constante.

No penúltimo capítulo, “Corporalidades transgêneras: autodeterminação como insurgência ao CISTema”, Nascimento assinala a emergência da desconstrução da materialização, do binarismo de gênero e sexualidade e aponta os efeitos e processos das “relações de poder” que se encontram em “processo constante” (p. 127). Complementar ao capítulo anterior, Nascimento afirma que “corpos trans são tão artificiais quanto os corpos cis” (p. 129), como resposta às indagações sistêmicas contra a construção e curiosidade do processo de generificação trans.

Influenciada também por Paul Preciado e Donna Haraway, a autora afirma que há “um determinado tipo de sujeito governado pelo regime cis-heteronormativo” (p. 132) e que “nunca fomos entidades integralmente orgânicas” (p. 133). Precisamos nos lembrar a todo o momento da resistência também produzida a partir da desobediência trans-travesti. A autora assinala que os corpos subvertem as normas e produzem, neste caso, suas próprias plasticidades resistentes e sem preocupação com os riscos à saúde advindos de atitudes como a aplicação de silicone industrial para modelar curvas nos corpos e/ou consumo de hormônios sem acompanhamento profissional recomendado. É necessário que haja luta e resistência política contra o poder biomédico e suas (não)verdades para que corpos e vivências sejam moldados de acordo com autodeterminações e liberdades individuais para o exercício de “bem-estar físico e emocional” (p. 156) dos corpos dissidentes.

Por fim, no último capítulo, “Vidas trans importam: Transfeminicídio também é uma pauta feminista”, Nascimento realiza um apanhado estatístico – quantitativo e qualitativo – de dados que demonstram a fragilidade que ainda assombra as vivências trans e travestis. A autora novamente coloca a interseccionalidade como metodologia principal para explicar o território brasileiro e sua violência estrutural que produz a “linha entre humano e o não humano” (p. 162).



Debatendo a partir de categorias como machismo, patriarcado, sexismo, misoginia, racismo, colonialismo e LGBTQIA+fobia, a autora denuncia o que é e “significa ocupar um lugar inferior dentro das hierarquias sociais marcadas pela colonialidade do gênero” (p. 165). Nesse escopo, a compreensão das *outriedades* pode ser a chave para o início do fim da naturalização das performatividades de gênero & sexualidade e também para o fim de um “Estado que não nos protege” (p. 175), articulado na política colonial que se alicerça seguindo os vieses de opressão.

Considero esta obra um manual teórico & político. As palavras da autora nos convidam à subversão reflexiva do que se tem construído como sociedade e suas consequências muito bem calculadas pelo poder do estado, que felizmente não é maior que nossa produção de resistência. A urgência é agora. A luta transfeminista é agora. E, por fim, um recado à hegemonia: Nós vamos atacar de volta!